

PESQUISA DE PREÇOS

PARA CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

De acordo com a Lei **14.133/2021**, com as **IN 65/2021** e **67/2021** da Seges/ME e com as **orientações do TCU**



**THIAGO
ZAGATTO**

PESQUISA DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

De acordo com a Lei 14.133/2021, com as IN 65/2021 e 67/2021
da Seges/ME e com as orientações do TCU

CONTEXTUALIZAÇÃO DO CURSO

Toda contratação pública requer a estimativa prévia dos custos envolvidos, inclusive as contratações diretas, aquelas realizadas sem licitação. Não apenas porque a Lei de Licitações e os órgãos de controle exigem, mas sobretudo porque a estimativa de preços é imprescindível para definir o critério de aceitabilidade da licitação, pautar a análise de pedidos de reequilíbrio e para a correta adequação orçamentária da despesa.

Ocorre que uma estimativa de preços bem realizada requer, além de esforço e dedicação dos agentes envolvidos, conhecimento específico sobre a matéria. Primeiramente, o gestor deve atuar pautado nas normas aplicáveis, a exemplo da Lei 14.133/2021, IN 65/2021 – Seges/MP, IN 91/2022 Seges. Além disso deve se apropriar das fontes de preços disponíveis e dos procedimentos a serem realizados para se chegar ao valor estimado da contratação.

Em linha com tais necessidades, nosso treinamento contempla todas as normas envolvidas na pesquisa de preços, de maneira atualizada e detalhada. Apresenta os procedimentos, as fontes a serem consultadas e evitadas, os casos polêmicos e as dificuldades práticas dos gestores.

Inclui também todos os métodos estatísticos disponíveis para a obtenção do valor estimado, incluindo tutorial exclusivo e prático para a exclusão de valores incompatíveis de maneira justificada.

Por fim, o curso oferece demonstração prática da operação do Sistema de Pesquisa de Preços do Governo Federal, fonte preferencial a ser utilizada. Tudo isso com o propósito de fornecer ao aluno os conhecimentos necessários para elaborar uma estimativa de custos de maneira crítica e assertiva.

OBJETIVOS

- ✓ Apreender a melhor forma de reconhecer o mercado para fins de planejamento das contratações;
- ✓ Identificar, nas propostas ofertadas, a prática de preços excessivos ou inexequíveis;
- ✓ Identificar as fontes idôneas de coleta de dados de precificação;
- ✓ Reconhecer parâmetros inexequíveis ou com sobrepreço;
- ✓ Utilizar critérios objetivos de métodos de dispersão para afastamento de dados discrepantes;
- ✓ Reconhecer as peculiaridades para justificativa de preços nas dispensas e na inexigibilidade de licitação;
- ✓ Esclareçam suas dúvidas mais frequentes.
- ✓ Tenham condições de formular padronização de editais de licitação.

PÚBLICO ALVO

- ✓ Ordenadores de despesa Membros da Assessoria Jurídica, Auditoria e controle Interno Membros de Comissão de Licitação e Pregoeiros Servidores responsáveis pela gestão e fiscalização de contratos e/ou convênios; Gestores de Atas de Registro de Preços Responsáveis pelas contratações por dispensa ou inexigibilidade de licitação Engenheiros, arquitetos, analistas de sistemas e outros profissionais que atuam como fiscais de contratos; Agentes responsáveis pela elaboração de Termos de Referência e Projetos Básicos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. A NATUREZA E OS TIPOS DE ORÇAMENTO DE ACORDO COM O NÍVEL DE PRECISÃO:

- 1.1. Regimes de execução contratual x nível de precisão do orçamento (empreitada por preço unitário, global, integral, contratação integrada, semi-integrada, terceirizações em geral);

2. CUSTOS DIRETOS E CUSTOS INDIRETOS;

- 2.1. A compreensão dos custos diretos e indiretos na engenharia de custos;
- 2.2. A diferenciação entre custos diretos e indiretos nas contratações públicas;
- 2.3. Por que alguns custos indiretos devem ser cotados de maneira direta na planilha de orçamento?

3. O ORÇAMENTO DAS COMPRAS:

- 3.1. A aplicação da IN 65/2021 e o uso do portal nacional de contratações públicas;
- 3.2. Os referenciais de custos existentes;
- 3.3. As cotações junto a fornecedores: por que 3 fontes? Procedimentos; cuidados; média, mediana, média saneada; preço mínimo;
- 3.4. Posicionamento do TCU sobre as pesquisas de preços;
- 3.5. O resultado das licitações de outros órgãos;
 - 3.5.1. Vale apenas o preço do vencedor ou a média dos preços classificados?
- 3.6. O uso de Atas de SRP de outros órgãos: limites – valem atas não vigentes?
- 3.7. Como verificar se o preço da Ata ainda está sendo suportado pelo beneficiário?
- 3.8. Se a Ata se refere a lotes, podem ser utilizados os preços dos itens que o compõe?
- 3.9. O uso da pesquisa na internet
 - 3.9.1. Quais sites são indicados, e quais devem ser evitados?
 - 3.9.2. O tratamento crítico dos dados coletados nas diversas fontes

4. O ORÇAMENTO DAS COMPRAS (PARTE 2):

- 4.1. O conceito atual de sobrepreço;
- 4.2. O que é o preço estimado?
- 4.3. Como verificar se o preço cotado é exequível ou contém sobrepreço?
- 4.4. Preço relativamente inexecutável, assim entendido o preço abaixo do custo, mas suportável pelo proponente, pode integrar a base de dados?
- 4.5. Que documentos devem ser reunidos durante a etapa da pesquisa de preços;
- 4.6. Os preços obtidos, mas não aproveitados (inexecutáveis ou excessivamente elevados) devem integrar o processo?
- 4.7. A documentação reunida pode ser acessada pelos interessados na licitação?

5. A ESTIMATIVA DE CUSTOS NAS DISPENSAS E INEXIGIBILIDADES:

- 5.1. Dispensa eletrônica;
- 5.2. Necessidade de planilhas analíticas nas dispensas e inexigibilidades;

6. A ESTIMATIVA DE CUSTOS NAS CONTRATAÇÕES COM LOTES EXCLUSIVOS OU RESERVADOS PARA ME E EPP;

7. O ORÇAMENTO DAS CONTRATAÇÕES DE SERVIÇOS:

- 7.1. A necessidade de planilhas analíticas: modelos aplicáveis a obras e serviços de engenharia e aos serviços terceirizados;
- 7.2. Itens vinculantes e itens variáveis nas planilhas de custos de serviços;

8. ANÁLISE DOS CUSTOS INDIRETOS:

- 8.1. Tributos passíveis de inclusão, normativos relacionados, alíquotas aplicáveis de acordo com os regimes de tributação;
- 8.2. Despesas indiretas/custos indiretos/administração central: limites, valores referenciais;
- 8.3. Lucro: Faixas aceitáveis;

9. METODOLOGIA, CRITICIDADE DOS PREÇOS PESQUISADOS E INSTRUÇÃO DO PROCESSO.

10. A RESPONSABILIDADE PELA ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO E REALIZAÇÃO DA PESQUISA DE MERCADO A LUZ DA JURISPRUDÊNCIA DO TCU;

11. A RESPONSABILIDADE DOS GESTORES POR FALHAS NO ORÇAMENTO TENDO EM VISTA ÀS INOVAÇÕES DA LINDB;

PALESTRANTES



THIAGO ZAGATTO

Auditor Federal de Controle Externo do Tribunal de Contas da União. Especialista em Auditoria Governamental. Foi diretor da Secretaria de Infraestrutura Urbana (2016-2017) e da Diretoria de Centralização e Padronização de Contratações no TCU (2013-2016). Advogado, formado na UNB (2016) e Engenheiro Civil, graduado pela UEL (2005). Membro da Comissão Própria de Avaliação de Pós-Graduação (CPA) do Instituto Serzedello Corrêa ISC/TCU. Membro do Conselho Editorial da Revista Forense. Professor da Pós-Graduação em Licitações na Unibrasil. Palestrante em diversos congressos, seminários eventos relacionados à gestão pública.

CARGA HORÁRIA



5 horas/aula



5 horas complementares –
atividades dirigidas

(conteúdo, vídeo aula, leitura
complementar e exercícios)



Total da carga horária para
certificação: 10 horas

INVESTIMENTO

APENAS:

R\$ 2.750

(Dois mil setecentos e cinquenta reais)

CONTEMPLA



Vídeo aulas



Material complementar
para cada módulo

(PPT + leitura
complementar +
exercícios)



Certificado Digital
emitido após conclusão,
com carga horária total
de 10 horas para curso
completo



Adicionais JML – Leitura e
estudo complementares,
disponibilizados na
plataforma do aluno.



GRUPO

JML

PESSOAS • SERVIÇOS • TECNOLOGIA

CENTRAL DE RELACIONAMENTO JML

41 3595.9999

www.jmlgrupo.com.br – www.eadjml.com.br